

Marcus Orione Gonçalves Correia

Juiz Federal. Livre-docente e Professor Associado do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social e da área de concentração em Direitos Humanos da pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

**CORTESIA
DA
EDITORA E DO AUTOR**

Teoria Geral do Processo

5ª edição

2009

2ª tiragem

2010

 **Editora
Saraiva**



Rua Marquês Schoumann, 270, Cequeira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC/JUR: 0800 055 7688
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
 saraivajur@rednet.saraiva.com.br
 Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
 Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agrícola Dória, 23 — Brotas
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
 Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Moisésinho Claro, 2-55/2-57 — Centro
 Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacaracanga
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
 Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIG QD 3 Bl. B - Loja 97 — Setor Industrial Gráfica
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
 Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
 Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
 Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
 Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apimangás, 186 — Barão Campos
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
 Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Comendador do Brigaço, 185 — Boa Vista
 Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
 Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
 Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565
 Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Marquês de São Vicente, 1697 — Barra Funda
 Fone: PABX (11) 3613-3000 — São Paulo

ISBN 978-85-02-07710-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Correia, Marcus Oriene Gonçalves

Teoria geral do processo / Marcus Oriene Gonçalves Correia. —
 5. ed. — São Paulo : Saraiva, 2009.

Bibliografia.

1. Processo (Direito) 2. Processo (Direito) - Brasil I.

Título.

08-10113

CDU-347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual

347.9(81)

Diretor editorial Antonio Luiz de Toledo Pinto

Diretor da produção editorial Luiz Roberto Curio

Editora Manuella Santos

Assistentes editoriais Rosana Simone Silva

Laísca Casares

Produção editorial Lígia Alves

Clarissa Boraschi Maria Coura

Estagiário Vinicius Azevedo Vieira

Preparação de originais Maria Lúcia de Oliveira Godoy

Eunice Aparecida de Jesus

Arte e diagramação Cristina Aparecida Aguiar de Freitas

Revisão de provas Rito de Cássia Queiroz Gorgatti

Satsuko Arai

Serviços editoriais Karla Maria de Almeida Costa

Carlo Cristina Marques

Ana Paula Mazzoca

Data de fechamento da edição: 3-10-2008

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	XIII
Introdução	1
Capítulo I — Considerações iniciais	5
1. O sistema de solução dos conflitos: classificação, crise e alternativas	5
2. Conceitos de direito processual civil, penal e do trabalho ...	11
3. Definição, denominação e natureza	12
4. Fontes das normas processuais	15
5. Interpretação da norma processual	16
6. Eficácia da lei processual no espaço e no tempo	20
7. Princípios gerais do direito processual	23
7.1. Os princípios processuais existentes no Texto Constitucional	23
7.2. Demais princípios processuais	34
7.2.1. Os princípios processuais e o processo civil	34
7.2.2. Os princípios processuais e o processo penal	38
7.2.3. Os princípios processuais e o processo do trabalho	40
Capítulo II — Da jurisdição	43
1. Introdução	43
2. Princípios inerentes à jurisdição	49
3. Espécies de jurisdição	51
4. Distinção entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	52
5. Órgãos da jurisdição	54
5.1. Supremo Tribunal Federal (STF)	55

5.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	56
5.3. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	57
5.4. Tribunais e juízes do Trabalho	58
5.5. Tribunais e juízes eleitorais	59
5.6. Tribunais e juízes militares	60
5.7. Tribunais e juízes dos Estados	60
Capítulo III — Da ação	61
1. Natureza jurídica e conceito	61
1.1. Teoria imanentista (= teoria civilista)	61
1.2. A polêmica Windscheid-Muther	62
1.3. A ação como direito autônomo e concreto	63
1.4. A ação como direito potestativo	63
1.5. A ação como direito autônomo e abstrato	64
1.6. O poder constitucional de ação	65
2. Condições da ação	71
2.1. Possibilidade jurídica do pedido	74
2.2. Interesse de agir	75
2.3. Legitimidade	77
3. Elementos da ação	78
3.1. As partes	79
3.2. O pedido	79
3.3. A causa de pedir	80
4. Classificação das ações	82
4.1. Quanto ao provimento jurisdicional pleiteado	82
4.1.1. Ação de conhecimento	82
a) Ação meramente declaratória	82
b) Ação condenatória	83
c) Ação constitutiva	83
4.1.2. Ação de execução	83
4.1.3. Ação cautelar	84
4.2. Classificação das ações penais	85

5. Ação e defesa	87
6. Concurso e cumulação de ações	89
Capítulo IV — Da competência	91
1. Conceito	91
2. Critérios determinativos e classificação da competência	92
3. Critérios objetivos	93
3.1. Competência em razão da matéria (= competência <i>ratione materiae</i>)	93
3.2. Competência em razão da pessoa (= competência <i>ratione personae</i>)	94
3.3. Competência em razão do valor da causa	94
4. Critério funcional (= competência funcional)	95
5. Critério territorial (= competência de foro)	95
5.1. Foro geral (= competência territorial geral)	96
5.2. Foros especiais	98
6. Os critérios determinativos da competência no processo penal	102
7. Competências absoluta e relativa	103
8. Prorrogação da competência, conexão, continência, prevenção e perpetuação da jurisdição	105
8.1. Prorrogação da competência	105
8.1.1. Foro de eleição	106
8.1.2. Ausência de oposição de exceção declinatória do foro e do juízo competente no prazo legal	108
8.2. Conexão	108
8.3. Continência	110
8.4. Prevenção	112
8.5. Perpetuação da jurisdição (= <i>perpetuatio iurisdictionis</i>)	115
9. Da declaração de incompetência	117
Capítulo V — Do processo	119
1. Conceito e natureza jurídica do processo	119

1.1. O processo como contrato	119
1.2. O processo como instituição	119
1.3. O processo como situação jurídica	121
1.4. O processo como relação jurídica	121
2. Características da relação jurídico-processual	123
3. Classificação dos processos	124
4. Estudo dos pressupostos processuais	125
Capítulo VI — Os sujeitos do processo e os serviços auxiliares da justiça	135
1. Introdução	135
2. O juiz	135
3. O Ministério Público	136
4. Os advogados	138
5. Serviços auxiliares da justiça	139
5.1. O escrivão ou diretor de secretaria	140
5.2. Oficial de justiça	141
5.3. Distribuidores	141
5.4. Contador	142
5.5. Perito	142
5.6. Intérpretes	143
5.7. Depositário e administrador	143
Capítulo VII — O litisconsórcio	145
1. Introdução	145
2. Classificações	145
3. Casos legais	147
3.1. Comunhão de direitos ou obrigações relativamente à lide (art. 46, I, do CPC)	147
3.2. Conexão pela causa de pedir (art. 46, III, do CPC)....	147
3.3. Direitos e obrigações derivados do mesmo fundamento de fato ou de direito (art. 46, II, do CPC).....	148
3.4. Afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito (art. 46, IV, do CPC)	148

4. Litisconsórcio necessário	148
5. Posição dos litisconsortes	150
Capítulo VIII — Assistência	151
1. Introdução	151
2. Conceito de assistência	152
3. Assistência simples e assistência litisconsorcial	154
4. Procedimento	156
Capítulo IX — Oposição	159
1. Introdução	159
2. Competência e limite temporal	161
3. Procedimento	161
Capítulo X — Nomeação à autoria	165
1. Conceito	165
2. Procedimento	167
Capítulo XI — Denúnciação da lide	169
1. Conceito	169
2. Legitimação	174
3. Procedimento	174
3.1. Denúnciação feita pelo autor	174
3.2. Denúnciação feita pelo réu	174
4. Efeitos da denúnciação da lide	175
Capítulo XII — Do chamamento ao processo	177
1. Conceito	177
2. Casos legais	177
3. Procedimento	178
Capítulo XIII — Atos processuais	179
1. Conceito, características e classificação	179
2. Atos processuais das partes	181

3. Atos processuais do juiz	182
4. Atos processuais dos auxiliares da justiça	183
Capítulo XIV — Nulidade dos atos processuais	185
1. Introdução	185
2. Dispositivos legais	188
Capítulo XV — O tempo e o lugar dos atos processuais	193
1. O tempo dos atos processuais	193
2. O lugar dos atos processuais	194
Capítulo XVI — Prazos processuais	197
1. Introdução	197
2. Classificação	197
2.1. Prazos legais, judiciais e convencionais	198
2.2. Prazos comuns e prazos particulares	198
2.3. Prazos dilatatórios e prazos peremptórios	198
2.4. Prazos próprios e prazos impróprios	199
3. Contagem dos prazos	199
4. Preclusão	204
Capítulo XVII — Intercâmbio processual	207
1. Introdução	207
2. Citação	207
2.1. Introdução	207
2.2. Modos de realizar a citação	209
2.3. Efeitos da citação válida	212
2.4. Da citação no processo penal	212
3. Intimação	214
4. Das cartas	215
<i>Bibliografia</i>	217